

**Cooperativa de Crédito Mútuo dos  
Empresários de Franca e Região –  
Sicoob Cred-Acif**

**Demonstrações financeiras em 30 de junho de  
2017 e de 2016**

## Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empresários de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif

### Demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016

#### Conteúdo

##### Demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais.....	2
Demonstrações do resultado (sobras ou perdas) .....	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	4
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras .....	6
1 Contexto operacional .....	6
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.....	7
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa .....	11
4 Títulos e valores mobiliários .....	12
5 Relações interfinanceiras - ativo.....	13
6 Operações de crédito .....	13
7 Outros créditos .....	16
8 Outros valores e bens .....	16
9 Investimentos .....	16
10 Imobilizado de uso.....	17
11 Depósitos .....	18
12 Relações interfinanceiras - passivo.....	19
13 Outras obrigações.....	20
14 Patrimônio líquido .....	21
15 Outros dispêndios administrativos .....	23
16 Outros dispêndios operacionais .....	23
17 Outros ingressos operacionais.....	23
18 Coobrigações e riscos em garantias prestadas .....	23
19 Seguros contratados.....	24
20 Instrumentos financeiros.....	24
21 Partes relacionadas .....	24
22 Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp .....	26
23 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos .....	26

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empresários de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif

**Balancos patrimoniais**

Em 30 de junho de 2017 e de 2016

Em reais

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>95.530.741</b>	<b>57.886.012</b>	<b>Circulante</b>		<b>93.394.559</b>	<b>61.806.429</b>
Disponibilidades	3	1.131.657	786.539	Depósitos	11	90.808.167	58.080.361
Títulos e valores mobiliários	4	58.542.619	30.341.694	Obrigações por empréstimos e repasses	12	1.127.302	2.398.812
Relações interfinanceiras	5	2.523.915	3.778.772	Outras obrigações	13	1.459.090	1.327.256
Operações de crédito	6	30.343.520	22.453.224				
Outros créditos	7	269.399	519.446	<b>Não circulante</b>		<b>2.850.407</b>	<b>1.402.331</b>
Outros valores e bens		2.719.631	6.337	Exigível a longo prazo			
				Obrigações por empréstimos e repasses	12	2.739.261	1.306.032
<b>Não circulante</b>		<b>12.889.126</b>	<b>15.106.695</b>	Outras obrigações	13	111.146	96.299
Realizável a longo prazo							
Operações de crédito	6	11.507.185	13.934.749	<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>12.174.901</b>	<b>9.783.947</b>
Investimentos	8	510.665	346.039	Capital social		6.654.115	5.097.990
Imobilizado de uso	9	843.287	782.600	Reserva legal		5.187.618	3.565.190
Intangível	10	27.989	43.307	Sobras acumuladas		333.168	1.120.767
<b>Total do ativo</b>		<b>108.419.867</b>	<b>72.992.707</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>108.419.867</b>	<b>72.992.707</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empresários de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif

### Demonstrações do resultado (sobras ou perdas)

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016

Em reais

	Nota	2017	2016
<b>Ingressos da intermediação financeira</b>		<b>8.369.211</b>	<b>7.106.840</b>
Operações de crédito		5.651.983	5.003.189
Ingressos de depósitos intercooperativos	5	132.341	135.400
Títulos e valores mobiliários	4	2.584.887	1.968.251
<b>Dispêndios da intermediação financeira</b>		<b>(5.146.108)</b>	<b>(3.400.195)</b>
Operações de captação no mercado	11d	(3.288.845)	(2.613.388)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(171.875)	(94.022)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6d	(1.685.388)	(692.785)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>3.223.103</b>	<b>3.706.645</b>
<b>Outros (dispêndios) ingressos operacionais</b>		<b>(2.845.712)</b>	<b>(2.555.197)</b>
Ingressos de prestação de serviços		1.981.121	1.498.405
Dispêndios de pessoal e honorários		(2.156.263)	(1.744.376)
Outros dispêndios administrativos	15	(2.730.457)	(2.331.938)
Outros dispêndios operacionais	16	(249.900)	(165.889)
Outros ingressos operacionais	17	309.787	188.601
<b>Resultado operacional</b>		<b>377.391</b>	<b>1.151.448</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>5.177</b>	<b>3.925</b>
<b>Sobra antes da tributação</b>		<b>382.568</b>	<b>1.155.373</b>
Imposto de renda e contribuição social		(49.400)	(34.606)
<b>Sobra líquida do semestre</b>		<b>333.168</b>	<b>1.120.767</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empresários de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016

Em reais

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Sobras acumuladas</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>4.636.449</b>	<b>2.574.080</b>	<b>991.110</b>	<b>8.201.639</b>
Transferência para Reserva Legal	-	991.110	(991.110)	-
Integralizações de capital	614.183	-	-	614.183
Baixas de Capital	(152.642)	-	-	(152.642)
Sobra líquida do semestre	-	-	1.120.767	1.120.767
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	<b>5.097.990</b>	<b>3.565.190</b>	<b>1.120.767</b>	<b>9.783.947</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>6.237.308</b>	<b>4.077.535</b>	<b>1.110.083</b>	<b>11.424.926</b>
Transferência para Reserva Legal	-	1.110.083	(1.110.083)	-
Integralizações de capital	719.691	-	-	719.691
Baixas de Capital	(302.884)	-	-	(302.884)
Sobra líquida do semestre	-	-	333.168	333.168
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>6.654.115</b>	<b>5.187.618</b>	<b>333.168</b>	<b>12.174.901</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empresários de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016

Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>17.634.673</b>	<b>(74.279)</b>
Sobra ajustada do semestre	2.091.189	1.881.979
Sobra líquida do semestre	333.168	1.120.767
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.685.388	692.785
Depreciações e amortizações	72.633	68.427
(Aumento) redução nos ativos	(6.700.343)	(6.975.590)
Operações de crédito	(5.238.053)	(7.024.108)
Outros créditos e outros valores e bens	(1.462.290)	48.518
Aumento (redução) nos passivos	22.243.827	5.019.332
Depósitos	22.875.738	4.262.975
Relações interfinanceiras	(335.228)	899.579
Outras obrigações	(296.683)	(143.222)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>(230.183)</b>	<b>(243.360)</b>
Aumento de investimentos	(49.711)	(36.872)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(180.472)	(206.488)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b>416.807</b>	<b>461.541</b>
Integralizações de capital	719.691	614.183
Baixas de capital	(302.884)	(152.642)
<b>Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.821.297</b>	<b>143.902</b>
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	44.376.894	34.763.103
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	62.198.191	34.907.005
<b>Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.821.297</b>	<b>143.902</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empresários de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016

Em reais

#### **1 Contexto operacional**

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empresários de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif, constituída em 30 de março de 2000, designada simplesmente de Cooperativa, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Tem sede e administração na cidade de Franca, Estado de São Paulo, e sua área de ação está limitada aos municípios do Estado de São Paulo de Franca, Itirapuã, Patrocínio Paulista, Cristais Paulista, Guará, Ituverava, Pedregulho, Jeriquara, Buritizal, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina e São José da Bela Vista.

Tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito:

- (i) prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos; e
- (ii) a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN). É filiada à Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo (Sicoob Central Cecresp), acionista minoritário do Banco Cooperativo do Brasil S/A. (Bancoob) e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob).

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou novas regras para o funcionamento das cooperativas de crédito, conforme Resolução 4.434/2015 do BACEN. Com esta mudança, as cooperativas são enquadradas em três categorias: plena, clássica e capital e empréstimo. Conforme Comunicado BACEN 28.684, de 4 de novembro de 2015, a Cooperativa teve seu enquadramento prévio em “clássica”, com base nas operações hoje praticadas. A Administração da Cooperativa concordou com a indicação do BACEN.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis**

### **a Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo 5.764/1971, e Lei Complementar 130/2009, e as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN para aplicação até a data do balanço (CPC 00, 01, 02, 03, 05, 10, 23, 24, 25 e 33).

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e foram aprovadas em 18 de agosto de 2017.



**b Descrição das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos semestres apresentados, salvo disposição em contrário.

**b.1 Apuração das sobras**

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do semestre.

**b.2 Estimativas contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, críticas e também o semestre de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

**b.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres e relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento.

**b.4 Títulos e valores mobiliários e Relações interfinanceiras – ativo**

Classificados conforme a intenção da Administração em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Parte desses títulos garantem operações de repasses de recursos de crédito rural.

**b.5 Operações de crédito**

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a Administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução 2.682/1999 do BACEN, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

## **b.6 Investimentos**

Representados por participação societária avaliada ao custo de aquisição.

## **b.7 Imobilizado de uso**

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

## **b.8 Intangível**

Demonstrado pelo valor dos gastos, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados.

## **b.9 Redução ao valor recuperável de ativos**

Os investimentos, O imobilizado e outros ativos são revistos semestralmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

## **b.10 Depósitos à vista, sob aviso e a prazo**

Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de despesas a apropriar e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

**b.11 Relações interfinanceiras**

Inicialmente reconhecidas pelo valor líquido dos custos de transação, posteriormente atualizadas pelos encargos contratados proporcionalmente até a data do balanço. (“pro rata temporis”).

**b.12 Provisões**

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

**b.13 Demais ativos e passivos circulante e não circulante**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**b.14 Ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

**b.15 Segregação de ativos e passivos**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

**b.16 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, quando for o caso, e para a contribuição social - 17%. A sobra apurada em operações realizadas com associados é isenta de tributação.

**b.17 Demonstração dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas do BACEN.

**3 Composição do caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução nº 3.604/2008 do BACEN.

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	1.131.657	786.539
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	58.542.619	30.341.694
Relações interfinanceiras (nota 5)	2.523.915	3.778.772
	<b>62.198.191</b>	<b>34.907.005</b>

#### 4 Títulos e valores mobiliários

<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo de aplicação</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Banco Safra	Renda fixa	2.512.311	-
Sicoob São Paulo	CDI - Pós - CDICE - livres	56.030.308	30.341.694
		<b>58.542.619</b>	<b>30.341.694</b>

Substancialmente, essas aplicações são remuneradas à taxa de 100% do CDI (CETIP). As operações estão custodiadas no Bancoob. As aplicações vinculadas garantem as operações de repasse de recursos de crédito rural (nota 12).

No semestre de 2017, foram registrados no resultado, em ingressos de intermediação financeira – títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 1.353.828 (R\$ 1.968.251 em 2016).

## 5 Relações interfinanceiras - ativo

Em dezembro de 2017, o saldo é de R\$ 2.523.915 (R\$ 3.778.772 em 2016).

A centralização financeira no Sicoob Central Cecresp (nota 22) é remunerada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). No semestre de 2016 foram registrados no resultado rendimentos, em ingresso de depósitos intercooperativos, no montante de R\$ 84.918 (R\$ 135.400 em 2016).

## 6 Operações de crédito

### a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2017			2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a depositantes	80.093	-	80.093	118.804	-	118.804
Cheque especial e conta garantida	1.052.322	-	1.052.322	1.175.816	-	1.175.816
Empréstimos e títulos descontados	28.453.737	9.354.085	37.807.822	19.560.986	11.748.060	31.309.046
Financiamentos rurais: próprios e repasses	2.453.666	2.568.465	5.022.131	2.323.269	2.478.797	4.802.066
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(1.696.298)	(415.365)	(2.111.663)	(725.651)	(292.108)	(1.017.759)
	<b>30.343.520</b>	<b>11.507.185</b>	<b>41.850.705</b>	<b>22.453.224</b>	<b>13.934.749</b>	<b>36.387.973</b>

**b Composição por nível de risco e situação de vencimento**

Nível de risco	Provisão %	2017			2016		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
AA	-	-	5.978.454	5.978.454	1.866	6.336.791	6.338.657
A	0,5	49.647	23.484.930	23.534.577	84.391	21.559.475	21.643.866
B	1	30.931	10.149.086	10.180.017	76.073	7.284.682	7.360.755
C	3	96.624	1.805.107	1.901.731	84.107	794.612	878.719
D	10	528.137	12.668	540.805	89.512	219.872	309.384
E	30	2.599	13.161	15.760	21.654	65.944	87.598
F	50	65.705	-	65.705	10.932	40.447	51.379
G	70	2.141	4.000	6.141	24.898	4.138	29.036
H	100	1.739.178	-	1.739.178	502.771	203.567	706.338
		<b>2.514.962</b>	<b>41.447.406</b>	<b>43.962.368</b>	<b>896.204</b>	<b>36.509.528</b>	<b>37.405.732</b>

**c Composição do não circulante por ano de vencimento**

Ano	2017	2016
2017	6.820	2.490.761
2018	5.496.152	7.531.772
2019	3.581.085	3.767.945
2020 até 2021	2.838.493	436.379
	<b>11.922.550</b>	<b>14.226.857</b>

**d Movimentação da provisão para operação de crédito de liquidação duvidosa**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(1.012.269)</b>	<b>(1.021.885)</b>
Créditos baixados para prejuízo	538.335	636.853
Constituição da provisão	(1.685.388)	(692.785)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 17)	47.659	60.058
<b>Saldo final</b>	<b>(2.111.663)</b>	<b>(1.017.759)</b>

**e Créditos baixados como prejuízo**

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Até 30 de junho de 2017, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação, montam R\$ 6.117.977 (R\$ 5.037.943 em 2016), e em sua maioria encontram-se em processo de cobrança judicial. Em 2017, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 47.659 (R\$ 60.058 em 2016), registrados em outros ingressos operacionais (nota 17).



## 7 Outros créditos

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Avais e fianças honrados	19.012	43.377
Rendas a receber	31.569	26.662
Títulos e créditos a receber	44.290	51.725
Devedores por compra de valores e bens	15.000	-
Devedores diversos - País	188.120	422.514
Provisão para outros créditos	(28.592)	(24.832)
	<b>269.399</b>	<b>519.446</b>

## 8 Outros valores e bens

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Imóveis	<b>2.717.020</b>	<b>4.000</b>

Refere-se a bens móveis e imóveis recebidos em dação de pagamento de dívidas decorrentes de operações de crédito. Referidos bens são destinados à venda e deduzidos pela provisão para desvalorização.

## 9 Investimentos

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Sicoob Central Cecresp(nota 22)	500.949	336.337
Bancoob	8.662	8.662
Cecresp Corretora de Seguros	1.054	1.040
	<b>510.665</b>	<b>346.039</b>

No semestre de 2017, a Cooperativa aumentou seu capital social na Sicoob Central Cecresp em R\$ 49.711 (R\$ 36.872 em 2016). A Cooperativa também aumentou seu capital na Cecresp Corretora de Seguros no semestre em R\$ 14.

## 10 Imobilizado de uso

### a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação		
			2017	2016	
			acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e equipamentos de uso	10%	572.371	(138.370)	434.001	396.433
Instalações	10%	218.073	(32.392)	185.681	77.116
Sistema de processamento de dados	20%	341.303	(180.396)	160.907	183.899
Sistema de vigilância	10%	100.399	(37.701)	62.698	72.243
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	-	-	-	52.909
		<b>1.232.146</b>	<b>(388.859)</b>	<b>843.287</b>	<b>782.600</b>

### b Movimentação do imobilizado

	Depreciação		Total
	Custo	acumulada	
Saldo em 1º de janeiro de 2016	835.036	(249.640)	585.396
Aquisições	201.686	(57.390)	144.296
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	<b>1.036.722</b>	<b>(307.030)</b>	<b>729.692</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2017	1.052.525	(324.265)	728.260
Aquisições	179.621	(64.594)	115.027
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>1.232.146</b>	<b>(388.859)</b>	<b>843.287</b>

## 11 Depósitos

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Depósitos à vista	16.908.426	11.746.174
Depósitos a prazo (i)	73.899.741	46.334.187
	<b>90.808.167</b>	<b>58.080.361</b>

- (i) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e têm exigibilidade imediata. Os depósitos a prazo podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No semestre de 2017, tiveram encargos financeiros no montante de R\$ 3.288.845 (R\$ 2.613.388 em 2016), que foram registrados em dispêndios da intermediação financeira – operação de captação de mercado.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução 4.284/2013 do BACEN.

**12** Relações interfinanceiras - passivo

**a** Composição do saldo

Instituição financeira	Finalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	2017			2016		
				Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Bancoob	Custeio e pré-custeio	7,75% a 9,50% a.a	dez/18	<u>1.127.302</u>	<u>2.739.261</u>	<u>3.866.563</u>	<u>2.398.812</u>	<u>1.306.032</u>	<u>3.704.844</u>

As garantias são notas promissórias, avais, penhores cedulares e hipotecas.

### 13 Outras obrigações

Descrição	2017			2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IOF	28.838	-	28.838	13.632	-	13.632
Sociais e estatutárias:						
Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES (i)	76.214	-	76.214	107.088	-	107.088
Cotas de capital a pagar	169.623	-	169.623	131.133	-	131.133
Provisão para participação nas sobras	-	-	-	90.000	-	90.000
	<u>245.837</u>	<u>-</u>	<u>245.837</u>	<u>328.221</u>	<u>-</u>	<u>328.221</u>
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	155.183	-	155.183	119.520	-	119.520
Diversas:						
Obrigações por aquisições de bens e direitos	126.498	-		130.263	-	
Provisão para pagamentos a efetuar	517.510	-	517.510	378.047	-	378.047
Credores diversos no País	385.224	-	385.224	357.573	-	357.573
Provisão para contingências	-	111.146	111.146	-	96.299	96.299
	<u>1.029.232</u>	<u>111.146</u>	<u>1.013.880</u>	<u>865.883</u>	<u>96.299</u>	<u>831.919</u>
	<b><u>1.459.090</u></b>	<b><u>111.146</u></b>	<b><u>1.443.738</u></b>	<b><u>1.327.256</u></b>	<b><u>96.299</u></b>	<b><u>1.293.292</u></b>

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 14 b).

## **14 Patrimônio líquido**

### **a Capital social**

É representado pelas integralizações de 3.488 e 3.030 cooperados em 30 de junho de 2017 e de 2016, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Ainda, o capital social integralizado poderá ser remunerado na forma de juros líquido à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) para títulos federais, por deliberação da Assembleia Geral Ordinária. A Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 719.691 no semestre de 2017 (R\$ 614.183 em 2016), com recursos provenientes de seus cooperados, e também, ocorreram baixas em 2017, no montante de R\$ 302.884 (R\$ 152.642 em 2016), provenientes de cooperados desligados.

O capital social é de R\$ 6.654.115 e de R\$ 5.097.990 em 30 de junho de 2017 e de 2016, respectivamente.

### **b Destinações legais e estatutárias**

As sobras apuradas no fim do exercício, conforme Estatuto Social, terão a seguinte destinação:

- 30% para a reserva legal: destinada a reparar perdas eventuais e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa. O percentual sofrerá variação para maior de acordo com a classificação da Cooperativa, conforme tabela constante no Estatuto Social.
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado a prestar assistência e educação a seus cooperados, e empregados, que podem ser executados mediante convênio com as entidades públicas ou privadas. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em assistência aos cooperados para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) (nota 13 (i)).

Além das destinações estatutárias acima, o Estatuto Social e Lei 5.764/1971, prevê que os resultados das operações com não cooperados, rendas não operacionais, auxílios ou doações sem destinação específicas serão levados à conta do FATES e contabilizados separadamente de forma a permitir cálculo para incidência de tributos. As perdas apuradas no exercício serão cobertas pela reserva legal e, se insuficientes, mediante rateio entre os associados, considerando as operações realizadas ou mantidas na Cooperativa, excetuando-se o valor das cotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral. As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral Ordinária, que deliberará pelo rateio entre os associados proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa; pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes; pela manutenção na conta “sobras ou perdas acumuladas”; ou pela incorporação ao capital do cooperado, observada as regras do Estatuto Social e legislação cooperativista.

## 15 Outros dispêndios administrativos

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Aluguéis	(204.924)	(163.829)
Comunicações	(211.173)	(151.197)
Propaganda, publicidade e relações públicas	(91.273)	(3.148)
Serviços do sistema financeiro	(599.643)	(678.948)
Serviços de terceiros	(154.968)	(178.071)
Serviços de vigilância e segurança	(271.035)	(253.994)
Serviços técnicos especializados	(179.518)	(124.538)
Transporte	(140.787)	(107.752)
Depreciação e amortização	(72.633)	(68.427)
Outras despesas administrativas	(804.503)	(602.034)
	<b><u>(2.730.457)</u></b>	<b><u>(2.331.938)</u></b>

## 16 Outros dispêndios operacionais

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Dispêndios de impostos e contribuições	(25.092)	(34.983)
Outros dispêndios operacionais	(224.808)	(130.906)
	<b><u>(249.900)</u></b>	<b><u>(165.889)</u></b>

## 17 Outros ingressos operacionais

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 6e)	47.659	60.058
Recuperação de encargos e despesas	98.393	871
Rendas com cartão de crédito	149.396	-
Outras rendas	14.339	127.672
	<b><u>309.787</u></b>	<b><u>188.601</u></b>

## 18 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

A Cooperativa é avalista de seus cooperados em transações junto a instituições financeiras oficiais que montam R\$ 2.540.792 e R\$ 1.976.015 em 30 de junho de 2017 e de 2016, respectivamente, registradas em contas de compensação.



## **19 Seguros contratados**

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

## **20 Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, relações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres.

## **21 Partes relacionadas**

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive diretores e executivos e membros da família dessas pessoas. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos semestres:

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Operações de crédito</u>	<u>%</u>	<u>Operações de crédito</u>	<u>%</u>
Diretoria Executiva, Conselho da Administração e pessoas ligadas	424.271	0,97%		
Membros do Conselho Fiscal e pessoas ligadas	20.812	0,05%		
	<b>445.083</b>		-	

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Depósitos</u>	<u>%</u>	<u>Depósitos</u>	<u>%</u>
Diretoria Executiva, Conselho da Administração e pessoas ligadas	652.119	0,72%		
Membros do Conselho Fiscal e pessoas ligadas	87.103	0,10%		
	<b>739.222</b>		-	

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Capital social</u>	<u>%</u>	<u>Capital social</u>	<u>%</u>
Diretoria Executiva, Conselho da Administração e pessoas ligadas				
Membros do Conselho Fiscal e pessoas ligadas				
	-		-	

<u>Descrição</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Recebido</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Recebidos</u>
	<u>o</u>	<u>s</u>	<u>o</u>	<u>em 2016</u>
		<u>em 2017</u>		<u>em 2016</u>
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	Honorários	240.767	Honorários	222.962
Conselho Fiscal	Cédulas de presença	131.931	Cédulas de presença	94.773
		<b>372.698</b>		<b>317.735</b>

As operações de crédito e depósitos são realizados em condições normais de mercado. As remunerações são deliberadas e aprovadas em Assembleia Geral Ordinária.

## 22 Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp

O Sicoob Central Cecresp representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

### a Atribuições estatutárias

O Sicoob Central Cecresp tem por objetivo efetuar a centralização financeira, a fiscalização e o assessoramento nas áreas de crédito, econômica, tecnológica, contábil, marketing e comunicação, organização e métodos, capacitação profissional e jurídica das cooperativas que o integram. Cabe ainda ao Sicoob Central Cecresp o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional de suas associadas, no sentido de prevenir e corrigir situações anormais que possam acarretar riscos para a solidez de suas associadas ou do sistema.

### b Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecresp nos semestres:

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Ativo circulante</b>		
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	56.030.308	30.341.694
Relações interfinanceiras (nota 5)	2.523.915	3.778.772
<b>Ativo não circulante</b>		
Investimentos (nota 9)	500.949	336.337

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

## 23 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

### a Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

## **b Risco de mercado e de liquidez**

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Cooperativa.

**c Risco de crédito**

O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da Cooperativa.

**d Gerenciamento de capital**

A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a Cooperativa está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

\*\*\* fim \*\*\*

